



FOTO: SÉRGIO CARA / CENTRO CELSO FURTADO

# Clélio Campolina Diniz

POR CARMEM FEIJÓ, CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO, ROBERTO SATURNINO BRAGA,  
ROSA FREIRE D'AGUIAR.

Na manhã do dia primeiro de outubro, no Centro Celso Furtado no Rio de Janeiro, realizamos a entrevista com o professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ex-reitor e ex-ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Clélio Campolina Diniz. Professor Clélio é um dos maiores, se não o maior, especialista em economia regional do Brasil. Foram mais de três horas de entrevista comigo; o diretor-presidente do Centro Celso Furtado, Roberto Saturnino Braga; a então conselheira do Centro Celso Furtado, a jornalista Rosa Freire d'Aguiar; e o professor Carlos Antônio Brandão, do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur-UFRJ).

Aos 76 anos de idade, o professor Campolina Diniz se declara um otimista. Com base em sua longa e profícua trajetória profissional – tanto na academia como ocupando cargos públicos de relevo – professor Campolina Diniz aponta direções de mudanças necessárias para nosso país voltar a ser competitivo e retornar de forma substantiva à pauta de políticas públicas para a redução das desigualdades sociais e regionais. Advoga em favor do planejamento econômico como forma de elencar prioridades para superarmos as dificuldades que entravam nosso desenvolvimento socioeconômico. Esta entrevista, além de revelar uma história pessoal de muita superação, traz o testemunho de um grande pensador de questões do desenvolvimento brasileiro e nos convida a refletir sobre nosso futuro em momento de rápidas mudanças de paradigmas científicos e tecnológicos.

**Carmem Feijó**

Editora

**CARMEM FEIJÓ (CF): Vamos começar pela sua formação?**

**ROBERTO SATURNINO BRAGA (RSB): E, também, onde fica Esmeraldas?**

CLÉLIO CAMPOLINA (CC): Esmeraldas, hoje, pertence à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ela está a 56 km de Belo Horizonte, mas eu nasci 30 km depois dela. Por isso digo que, quando nasci, era “rural profundo”. Os meus antepassados tinham pequenas fazendas que foram sendo divididas. Meu pai herdou um pequeno pedaço de terra. Nós somos 11 irmãos, eu sou mais novo, e vivíamos de subsistência.

Assim, todos foram saindo para buscar alternativas de vida. Ia à escola rural multisseriada, localizada no povoado de Cachoeirinha, 3 km distante da minha casa. A escola multisseriada é uma sala com crianças do primeiro, do segundo e do terceiro ano simultaneamente. A professora ensinava os meninos do terceiro ano, os colocava para fazer exercícios, depois ia ensinar os do segundo e depois os do primeiro, que são mais difíceis, pois são da alfabetização inicial. Enquanto isso, os alunos ensinam uns aos outros, especialmente os do terceiro ano ensinando os do segundo. Só muito depois tomei consciência dessa rica experiência de solidariedade. Minha irmã mais velha foi a minha professora parte do tempo. Estudei até o terceiro ano na escola rural. Quando a minha avó se mudou para a cidade, em Esmeraldas. Só terminei o 4º ano primário aos 14 anos. Entrei tarde para a escola, pois tinha que caminhar mais de 3 km.

**CF: Mas isso em Belo Horizonte?**

CC: Não, em Esmeraldas. Eu nasci e vivi até os 13 anos no meio rural. Conhecia apenas os povoados próximos. Fui até a cidadezinha pela primeira vez aos 13 anos de idade. Assim que terminei o primário, comecei a trabalhar e a fazer o ginásio à noite. Trabalhei em um bar, depois em um escritório de contabilidade, onde ganhei boa experiência e me tornei bom datilógrafo. Em seguida fui tomar conta de um escritório e da contabilidade de uma pequena firma com casa de peças e posto de gasolina. Quando terminei o ginásio, em 1960, aos 18 anos, fui para Belo Horizonte e consegui emprego em uma firma comercial. Trabalhava o dia inteiro e fazia o curso científico à noite.

**CF: Com diploma do ginásio você conseguiu o emprego?**

CC: Eu fiz um bom curso ginasial, era bom datilógrafo e tinha experiência profissional. Por isso eu consegui emprego em uma firma comercial. Eu cursava o científico à noite e trabalhava o dia inteiro. Como tinha experiência em contabilidade e era bom

datilógrafo, fui para a contabilidade, depois virei correspondente geral da firma, mas eu queria continuar estudando. Estava procurando emprego para trabalhar seis horas quando surgiu o concurso para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Fiz o concurso (provas de português, matemática e datilografia) e fui classificado em 4º lugar, entre mais de 700 candidatos. A firma me ofereceu promoção para não sair, mas eu agradei, pois queria mais tempo para estudar.

Entrei para o Banco de Desenvolvimento como datilógrafo, em 1963, mas logo ascendi na carreira. Quando entrei, éramos 18 pessoas, incluído o presidente. Em 1965, passei no vestibular para engenharia da Universidade Católica. Naquela época, os vestibulares eram feitos por unidade e eu passei em todas as provas escritas na Federal, mas fui eliminado na entrevista. Consta hoje, infelizmente, que as entrevistas não eram isentas. O vestibular unificado foi um avanço, e, hoje, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um avanço maior ainda.

#### **CF: Então havia discriminação?**

CC: Havia. Eu fui eliminado na entrevista e passei na Católica. Fiz dois cursos de engenharia. O curso de engenharia de operações, de três anos, que terminei em 1967. Em seguida completei o curso de engenharia mecânica, que terminei em 1970. Tudo à noite. Em 1968 o banco abriu concurso para engenheiro, que também prestei e obtive o primeiro lugar.

#### **CF: E o que era o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais?**

CC: Era um banco estadual de desenvolvimento, inspirado no então BNDE [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico].

#### **RSB: O BDMG foi um dos primeiros?**

CC: Foi. As ideias originais são da década de 1950, mas o BDMG só foi criado em 1962, durante o governo Magalhães Pinto. Foi estruturado copiando o BNDE. O BDMG começou a funcionar em fins de 1962, quando fiz o concurso para datilógrafo. Começou com poucos funcionários administrativos e alguns técnicos, quase todos professores tempo parcial da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]. Trabalhávamos em regime de 6h diárias. Naquela época os professores eram todos de tempo parcial, não existia tempo integral na universidade. Tinha pessoal da economia, da

engenharia e do direito. Rapidamente o BDMG aumentou o número de funcionários administrativos e técnicos. Ainda em 1963 o Departamento de Relações Internacionais (cópia do BNDE) foi extinto e criado o Departamento de Estudos e Planejamento (DEP), sob a liderança e chefia do prof. Fernando Reis. Eu era o secretário.

**RSB: Já tinha escola de economia com expressão?**

CC: Sim, a Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG é da década de 1940. Era uma excelente escola. No entanto, eu vinha do interior. Para mim, o economista não tinha o prestígio social e futuro profissional como as outras profissões. O que era mais conhecido era engenharia, medicina e direito. Direito eu não gostava. Medicina era curso tempo integral e eu precisava trabalhar. Então fui para a engenharia.

**CF: E o banco já tinha a prática de fazer trabalhos sobre desenvolvimento econômico para o estado?**

CC: A história do BDMG e dos estudos sobre economia mineira é muito interessante. O Departamento de Estudos e Planejamento (DEP) foi implantado no dia 27 de dezembro de 1963, pelo Fernando Reis, como chefe, e eu como secretário. A partir daí o banco começou a arregimentar técnicos e fez vários estudos setoriais sobre economia mineira. Inclusive o chamado “*black book*”, um estudo geral da economia mineira, como base para fundamentar um pedido de financiamento ao BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento].

Em seguida o DEP incorporou vários professores das escolas de engenharia e de economia da UFMG. Destaca-se a vinda de Álvaro Fortes Santiago, que era chefe do Departamento de Economia da UNB [Universidade de Brasília], e fora demitido pelo Golpe de 1964, e Élcio Costa Couto, que posteriormente assumiria a Presidência da Finame [Agência Especial de Financiamento Industrial] e a Secretaria Geral do Ministério do Planejamento, presidente da Sunamam [Superintendência Nacional da Marinha Mercante] e Diretoria do BID. A partir de 1966 foi elaborado o *Diagnóstico da Economia Mineira*, publicado em 1968, coordenado pelo Fernando Reis. Foi um amplo diagnóstico, com recorte setorial e temático, envolvendo uma grande equipe do BDMG e de consultores. Analisava as razões do atraso econômico de Minas. À época do lançamento houve, inclusive, um slogan que dizia “pior que o diagnóstico, só as perspectivas”.

O *Diagnóstico da Economia Mineira* permitiu a aglutinação de um grande número de técnicos. Além de economistas e engenheiros, sociólogos, geógrafos, entre outros. Da estrutura e dos estudos desenvolvidos no BDMG decorreu a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), em associação com a Cemig [Companhia Energética de Minas Gerais], a Fundação João Pinheiro e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar). Este último dentro da UFMG. Foi também preparada a reforma fazendária em Minas.

Fernando Reis foi uma figura decisiva na minha vida, no BDMG e em Minas Gerais, trabalhei com ele de 1963 a 1970. Ele era brilhante, carismático e afável. Entre suas especialidades como professor estava a economia regional, de grande tradição na Face/UFMG. Era seguidor de François Perroux. Ele trouxe o Jacques Boudeville, em 1964, que fez um estudo sobre polarização em Minas Gerais. Queria trazer o Perroux, mas ele já estava idoso e sugeri o Boudeville, seu assistente. Sucessivamente Fernando se tornou diretor do BDMG, coordenador do convênio com o Ilpes [Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social], diretor do Banco Central, secretário da Fazenda de Minas Gerais e presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Morreu precocemente, aos 51 anos de idade. Não deixou obra acadêmica, mas foi um economista e executivo talentoso. Há um excelente livro sobre Fernando Reis, escrito por Ronaldo Costa Couto.

Em fins de 1969 comecei a trabalhar junto à equipe do Ilpes. Eu era engenheiro inserido no grupo de economistas, sociólogos etc. Em 1971 fui para o Chile fazer o curso *Desarrollo y planificación*.

Fernando Reis foi uma figura decisiva na minha vida, no BDMG e em Minas Gerais, trabalhei com ele de 1963 a 1970.

[...] Entre suas especialidades como professor estava a economia regional, de grande tradição na Face/UFMG.

### **CF: Então o Ilpes foi uma boa experiência?**

CC: Como eu disse, o Ilpes chegou em 1969. Fui designado para ser o subchefe da Divisão Industrial do convênio. Eu era engenheiro e, então, para trabalhar com economia industrial, a formação ajudava muito. Montamos o primeiro sistema de contas industriais de Minas Gerais. Eu e o Júlio Barañani, que era o especialista do Ilpes em contabilidade social. O especialista em indústria era o Tulio Balso, um uruguaio da Unido [United Nations Industrial Development Organization]. Com ele visitei as maiores indústrias de Minas Gerais e aprendi muito. A indústria de Minas cresceu 9% em

[...] fui entrevistado pelo Antônio Barros de Castro, quando falamos sobre a seleção do mestrado. Daí estabeleceu-se uma permanente relação de amizade. Convivi com o Castro a vida inteira, ele foi meu orientador na Unicamp e eu estava sempre na casa dele quando vinha ao Rio e ele na minha quando ia a Belo Horizonte.

1969 e aí começou a briga do presidente do BDMG com o presidente da Cemig para saber quem divulgava o resultado. O presidente do banco falou que eles tinham mais vivência para divulgar. Ao que o presidente da Cemig retrucou “você têm mais vivência ou são mais vivos”. Só então me dei conta da importância política dos resultados do trabalho que estava realizando. Eu iria fazer o curso de três meses da Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe] e do Ilpes aqui no Brasil. O Carlos Matus virou para mim e falou que estavam precisando de mim. Prometeu que, se eu ficasse, depois me levaria para o Chile para um curso mais longo. No início do Governo Allende, quando ele saiu do Ilpes para ser presidente da Usina Siderúrgica, e depois do Banco Central, ele deixou anotações e uma delas é que ele tinha alguns compromissos. Por conta disso, fui convocado ao Rio de Janeiro e fui entrevistado pelo Antônio Barros de Castro, quando falamos sobre a sele-

ção do mestrado. Daí estabeleceu-se uma permanente relação de amizade. Convivi com o Castro a vida inteira, ele foi meu orientador na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] e eu estava sempre na casa dele quando vinha ao Rio e ele na minha quando ia a Belo Horizonte. A história foi a seguinte, quando ele saiu do Chile depois do Pinochet, indo para Cambridge, ligou para o BDMG onde eu trabalhava e me disse que iriam abrir um mestrado em economia em Campinas, para eu fazer a seleção. E eu disse que não era economista e portanto não estava preparado para fazer as provas. Ele falou que eu conhecia economia brasileira na prática, que sendo engenheiro eu deveria saber matemática e estatística, que era para eu fichar um manual de macro e outro de micro e fazer a prova. Eu fichei dois de cada. Fiz a prova da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) e passei para Campinas.

#### **RSB: De onde vinham os recursos do BDMG?**

CC: Em sua criação foi feita uma dotação orçamentária e depois o Estado transferiu títulos e propriedades. Logo após sua estruturação inicial começou a operar como repassador do BNDE, Finame etc. Em 1965, com a eleição de Israel Pinheiro para governador de Minas houve um interregno nas ações do banco, com relativa crise. No entanto, em seguida foi nomeado o novo presidente, Hindemburgo Pereira Diniz, genro de Israel, com contato direto e prestígio junto ao governador. Ele capitalizou o banco com a transferência de patrimônio do Estado e apoio à continuidade da elaboração do *Diagnóstico*.

**CARLOS BRANDÃO (CB): Eu acho que essa confluência de grandes encontros institucionais mereceria mais estudos. Como ocorreram tantas pessoas e lideranças, com muito dinamismo? Eu acho que não existe nenhum estado brasileiro que tenha conseguido isso. Tantas instituições, e mesmo com os vários governos neoliberais Minas ainda possui instituições desenvolvimentistas de planejamento? Ou seja, como explicar Fernando Reis e tantas pessoas e essa circulação das pessoas e das ideias, uma circulação internacional, com a América do Sul, com o Ilpes.**

CC: Minha hipótese é que a Inconfidência foi decisiva para isso. As raízes do movimento de construção da identidade regional, de um projeto de desenvolvimento, estavam lá. Os inconfidentes tinham projeto de criar universidade. Era uma elite intelectual, não o Tiradentes, os intelectuais eram outros, era Cláudio Manuel da

Costa, Tomaz Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Filipe dos Santos, entre outros. A Escola de Minas de Ouro Preto foi criada em 1876, por D. Pedro II. Era uma escola onde os professores eram franceses. O Claude Henri Gorceix, primeiro diretor, veio da Escola de Minas de Paris. Ele dizia que “Minas era um coração de ouro em um peito de ferro”. Ao que mais tarde, Artur Bernardes retrucou com o slogan “minério não dá duas safras”, quando ele se insurgiu contra a exportação de minério de ferro, sem beneficiamento. Ouro Preto formou uma elite intelectual. As aulas eram dadas em francês. A maioria dos alunos ia para Paris para estágio. Por outro lado, mineração e metalurgia tinham altos requisitos de capital e tecnologia, para os padrões do empresariado local. A maioria dos ex-alunos foi para o aparelho de Estado, criando a gênese de uma tecnocracia. A Escola de Ouro Preto foi seguida pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte, criada em 1911. Havia também as escolas de Agronomia de Lavras, criada em 1908, e de Viçosa, de 1922. Elas foram decisivas para a modernização da agricultura brasileira. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma filha direta de Viçosa, com o Eliseu Alves. Tinha também a Escola Federal de Engenharia, que o Venceslau Brás criou em Itajubá. Ou seja, você tinha uma base universitária e não tinha emprego, então a maioria dos alunos ia para o aparelho de Estado. O José Murilo de Carvalho analisa isto no livro dele sobre a Escola de Minas de Ouro Preto. Eu também analiso no livro *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. A partir da década de 1940 a Face passou a ser a referência nos debates sobre planejamento e desenvolvimento.

**CF: Então o planejamento surge com essa base.**

CC: Apesar da crise histórica, a partir da década de 1940 foi estruturado o planejamento e montadas as fontes de recursos para investimento. Em 1946, no governo Milton Campos, havia sido feito o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (PREFP) e a lei que criou o Imposto de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, através de um adicional de 50% sobre o Imposto de Vendas e Consignações (atual ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Esses recursos começaram a ser aplicados a partir de 1947-48, predominantemente em energia e transportes, e foram a base dos recursos para o JK [Juscelino Kubitschek] fazer o binômio “Energia e Transportes”, a partir de 1951. Este plano foi a base do Programa de Metas ou parte dele. O Lucas Lopes era professor da Face, havia sido

secretário da agricultura de Minas Gerais, coordenado a elaboração do Plano de Eletrificação e era membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criou a Cemig, que era um dos braços desse binômio. O outro braço foi a criação do Departamento de Estradas de Rodagem.

Um detalhe é que Lucas Lopes era um engenheiro ferroviário que foi professor de geografia e economia na faculdade de ciências econômicas da Federal. Ele, em 1946-47, discutia geopolítica, a contribuição do Ratzel, grande teórico da geopolítica mundial. Tenho comigo as notas de aula do curso do Lucas, que me foram doadas pelo Rodrigo, seu filho. Vou editá-las. A Faculdade de Ciências Econômicas da Federal era

A Faculdade de Ciências Econômicas da Federal era um centro por onde passavam todos os grandes economistas brasileiros da época, entre eles, Celso Furtado e Ignácio Rangel. A Face, naquela época, tinha também os cursos de ciências contábeis, administração pública e sociologia.

um centro por onde passavam todos os grandes economistas brasileiros da época, entre eles, Celso Furtado e Ignácio Rangel. A Face, naquela época, tinha também os cursos de ciências contábeis, administração pública e sociologia. O curso de sociologia, que na reforma de 1968 foi tirado da faculdade e transferido para a Faculdade de Filosofia, pois “criava muito comunista”.

Outro episódio que estimulou o planejamento e a busca de industrialização em Minas Gerais foi a decisão de localização da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, a qual provocou grande reação dos mineiros. Isto está no livro do Francisco Magalhães Gomes sobre a siderurgia. O esforço de industrialização era tema recorrente. Destaca-se a criação da Cidade Industrial de Contagem, em 1942, e o início de expansão do sistema energético, entre outras iniciativas, e a posterior preparação do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (PREFP). Artur Bernardes havia proibido a exportação de minério, porque o

minério puro não dava resultado. Em 1910, um grupo de engenheiros de Ouro Preto levou para um congresso em Estocolmo um levantamento das reservas minerais do estado. Naquela época, quem era proprietário do solo era também do subsolo, e aí os grupos estrangeiros vieram e compraram as terras onde estavam os minérios. Surgiu a Itabira Iron do Percival Farquhar. Depois, nos acordos de Washington, do governo brasileiro com o americano, durante a Segunda Guerra Mundial, as reservas minerais foram transferidas para o governo brasileiro, que criou a Vale do Rio Doce, em 1942, em troca da cessão da Base Aérea de Natal.

### **RSB: A Vale não incorporou a São Joao del Rei Mining Co.?**

CC: Não. São João del Rei Mining era ouro. A Vale incorporou as reservas de minério de ferro da Itabira Iron e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, em construção.

### **RSB: Foi encampação?**

CC: Não. Não havia exploração. Foi feita apenas a transferência das reservas minerais. A encampação foi da Acesita, do Percival Farquhar, encampada pelo Banco do Brasil. Por volta de 1917 havia sido criada a Companhia Siderúrgica Mineira, por um grupo de engenheiros egressos da Escola de Minas de Ouro Preto, os Guatimosim, Guimarães e Lanari. Em 1920, a empresa foi vendida ao grupo luxemburguês que a redenominou Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Para a solenidade, veio da Bélgica o Rei Alberto, em visita ao Brasil e a Minas Gerais. Por isto, em 1920 foi criada a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, para dar o título de Doutor *Honoris Causa* para o Rei Alberto I da Bélgica. A universidade foi criada para isso, por que não havia no Brasil instituição que pudesse dar esse título.

### **CF: Vamos entrar na sua formação de economista?**

CC: Antes de me tornar economista, é importante analisar minha experiência de engenheiro e como construí a ponte para a economia. Virei engenheiro do BDMG em 1968. Era vinculado ao Departamento de Estudos e Planejamento. Ainda em 1967, como estudante de engenharia, fui designado como membro de uma equipe de cinco ou seis pessoas para estudar as diferentes formas de energia. Fiz o estudo do aproveitamento energético do bagaço de cana. Tenho até hoje as observações de Fernando Reis “li, gostei e rabisquei”. Fui então encarregado do total dos estudos de energia não

elétrica. Fiz o balanço energético de Minas Gerais. Li os cinco volumes do *Plano de Eletrificação de Minas Gerais*. Excelente estudo, com fundamentação técnica, comparações internacionais e metodologia de conversão das diferentes formas de energia em unidade calorífica. Conversei com os engenheiros da Cemig e com os professores da UFMG. Li tudo que me foi sugerido e que encontrei. Entendo, hoje, que aí começou meu treinamento como pesquisador.

Em seguida, coordenei um amplo estudo sobre a indústria açucareira de Minas Gerais. Passava a semana inteira, inclusive os finais de semana, dentro das usinas. Dando sequência aos meus estudos sobre a questão energética, calculei o balanço térmico de várias usinas açucareiras de Minas Gerais. Como é sabido, o fluxo térmico é a linha tecnológica dorsal de uma usina açucareira (caldeiras, vapor, acionamento das moendas, geração de energia elétrica, evaporação do caldo, concentração, cristalização e turbinagem). Estava me especializando em termodinâmica.

Em 1969 comecei a trabalhar junto à equipe do Ilpes, como subcoordenador da divisão de desenvolvimento industrial. Eu era engenheiro inserido no grupo de economistas, sociólogos etc. Em 1971, no primeiro ano do Governo Allende, fui para o Chile fazer o curso *Desarrollo y planificación*. Tínhamos a esperança de que a América Latina ia se tornar socialista. Queríamos nos preparar para o planejamento do socialismo. A história foi outra!

Minha experiência no BDMG e minha ligação profissional e pessoal ao grupo de economistas, especialmente Fernando Reis, Álvaro Santiago e Élcio Costa Couto, mi-

Antes de me tornar economista, é importante analisar minha experiência de engenheiro e como construí a ponte para a economia.

Virei engenheiro do BDMG em 1968.

[...] A vida foi generosa comigo. Me ofereceu boas oportunidades.

Tive a felicidade das escolhas.

nha experiência no trabalho com a equipe do Ilpes, o curso em Santiago e minha ligação a Antônio Barros de Castro me levaram para a economia e para a decisão de deixar o banco e ir para o mestrado em economia na Unicamp em 1974. Na volta fui para a Face e aí construí minha nova trajetória. A vida foi generosa comigo. Me ofereceu boas oportunidades. Tive a felicidade das escolhas.

**CB: Com quem você conviveu dessa turma do Ilpes do Chile?**

CC: Eu convivi muito com o Castro. Com a Maria da Conceição foi *en passant*, pois ela passou um período na França enquanto eu estava lá. Fiquei nove meses e meio. Com brasileiros, convivi com Antônio Baltar, Jader de Andrade, Antonio Antunes, Flávio Tavares de Lyra, Estevam Strauss. O Strauss e o Jader haviam sido diretores da Sudene [Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste], demitidos com o Golpe de 1964. Celso Furtado intermediou a ida deles para o Ilpes. Dos outros membros do Ilpes/Cepal tive aulas com Prebisch, Enrique Iglesias, Pedro Paz, Fernando Fajnzylber, Octavio Rodrigues, Ricardo Cibotti, Aldo Gurriere, entre outros. Passávamos o dia inteiro no Ilpes. Éramos 13 alunos. Eu era o único brasileiro. A maioria super politizada. Eu era o menos preparado, engenheiro batendo cabeça para ler Marx e Lênin pelas madrugadas, incentivado pelos colegas. Nos intervalos de aula encontrávamos o José Medina Echavarría, sociólogo espanhol, que havia fugido do franquismo, sempre disponível.

**CB: Qual era o cargo do Carlos Matus no Ilpes?**

CC: Ele era o diretor da Divisão de Assistência Técnica. O diretor-geral do Ilpes era o Raúl Prebisch. Fui aluno do Prebisch, 60 horas de aulas regulares, das 8h às 10h, todos os dias da semana, durante 30 dias. Nos intervalos e depois das aulas ele estava nos corredores, sempre disponível para conversar conosco. Eu não tinha capacidade de assimilar a profundidade do debate que ele nos proporcionou. Eu tenho saudade do que eu não consegui aproveitar. O Prebisch era um homem que tinha uma ampla visão de mundo. Ele já sabia que a coisa União Soviética estava dando errado e quando ele falou isso em sala de aula, quase apanhou. Foi quando ele escreveu o livro *Transformação e desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina*, que nos foi transmitido em primeira mão. Após o curso voltei para o BDMG. Na realidade, o convênio do Ilpes foi reduzido e me chamaram de volta. Nesta ocasião eles me nomearam chefe da assessoria econômica da presidência do banco, que já tinha crescido muito.

**CF: Que riqueza de experiência. E na Unicamp?**

CC: O Castro me telefonou, eu fiz o concurso, fui para a Unicamp.

**CF: Isso foi quando?**

CC: A prova foi em 1973. O curso começou em 1974. O banco não quis me dar a licença. A direção já tinha mudado, era um engenheiro chamado Lúcio Assunção, boa praça, mas reacionário. Falou que a Unicamp era um bando de comunistas e não quis me dar licença. Disse que se eu conseguisse um curso no FMI [Fundo Monetário Internacional] ele me daria licença. Eu pedi então licença para assuntos particulares, sem vencimento, até meados de 1976. Eu recebi bolsa e fiquei dois anos em Campinas. O Castro queria que eu ficasse em Campinas. Ele queria criar o Instituto de Progresso Técnico. Naquele momento não se falava em inovação, era progresso técnico. O Castro seria o presidente do Instituto e eu diretor, mas eu queria voltar para Belo Horizonte. Voltei para Minas, em 1976, quando o Cedeplar me convidou para dar aula como professor colaborador, posição em que fiquei por dois anos. Ainda não tinha o título de mestre, que só obtive em 1978, quando fiz o concurso para professor

Fui aluno do Prebisch, 60 horas de aulas regulares, das 8h às 10h, todos os dias da semana, durante 30 dias. Nos intervalos e depois das aulas ele estava nos corredores, sempre disponível para conversar conosco.

assistente. A direção do banco dizia que dar aula atrapalhava. O presidente me chamou e disse que tinha duas propostas. Ou me prometia a próxima diretoria que vagasse ou eu teria que dar uma carta de demissão. Eu dei a carta de demissão e fui embora. Fiz voto de pobreza, pois ganhava um salário alto e deixei para ser professor colaborador. No meio disso tudo ainda me casei. Durante o curso, o Castro organizou um seminário internacional na Unicamp, para o qual trouxe vários professores, entre eles Josef Steindl, Pierangelo Garegnani e Paolo Sylos-Labini. Sylos-Labini continuou vindo ao Brasil. Em 1984 passei três meses com ele, na Itália, em continuação ao sanduíche do doutorado em Oxford, por intermédio do Castro. Depois

do doutorado, o João Manuel Cardoso de Mello queria que eu voltasse para a Unicamp. Porém eu tinha compromisso formal e ético com o Cedeplar. Além disso, não esqueço o que disse para o João Manuel: “É melhor ser focinho de gato do que rabo de leão”. Na Unicamp eu vou ser rabo de leão, em Belo Horizonte eu tenho espaço, vou ser focinho de gato. Então voltei para o Cedeplar. Antes chamava Ideplar - Instituto de Desenvolvimento e Planejamento Regional, criado em 1967. Que também é uma história incrível. A história é a seguinte. Você tinha os catedráticos. Mas o grupo que criou o Cedeplar queria fugir dos catedráticos e criou esse instituto ligado à reitoria. Sediado na Face, mas vinculado à reitoria. A Maria da Conceição Tavares, que estava no Centro Cepal-BNDE foi muito importante na criação do Cedeplar. O Fernando Reis tinha muito contato com ela. No entanto, o Fernando ficou só um ano e foi para o Banco Central. O Paulo Haddad que comandou a primeira etapa do Cedeplar. Ele também saiu por volta de 1973-1974, além de muitos outros professores. Naquele momento o setor público estava muito atraente. Quem salvou foi o José Alberto Magno de Carvalho, que estava voltando do doutorado em demografia na London School of Economics. Assumiu o Cedeplar e virou diretor por dois mandatos. Porém, o estatuto só permitia dois mandatos. Então, eu cheguei ao Cedeplar em 1976, junto com o João Antônio de Paula, Maurício Borges e João Heraldo, todos vindos do mestrado na Unicamp. Fui trancado num quarto escuro no encontro da Anpec [Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia] de Gramado, em 1978, com faca no peito para que assumisse a direção. Não queria, pois havia largado o banco com um salário alto para fazer vida acadêmica. Havia ganhado o prêmio “Diogo de Vasconcelos” com minha dissertação de mestrado. Estava todo empolgado. Na mesma época, Fernando Reis, então diretor da Vale, me convidou dizendo que me nomearia diretor da subsidiária Redep e logo que eu tomasse pé na empresa me nomearia o presidente. Mas eu queria fazer vida acadêmica. Vim ao Rio e senti que o Fernando ficou chateado. Não teve jeito, em 1979 tive que virar diretor do Cedeplar.

Minha dissertação de mestrado chamou *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*, voltando às teses que Minas não tinha empresário, na linha de Fernando Reis. Mineração e siderurgia exigiam altos requisitos de capital e tecnologia e Minas Gerais tinha banqueiro, agiota, mas não tinha empresário industrial (Magalhães Pinto, Moreira Salles, os Faria), com o Banco da Lavoura, Banco Nacional, Banco Mercantil do Brasil. Do estado tinha o Banco de Crédito Real, Ban-

co Mineiro da Produção, Banco Hipotecário Agrícola e Caixa Econômica Estadual. Quatro públicos mais o Banco de Desenvolvimento, que era outra coisa. Curioso que, quando comecei a fazer minha dissertação de mestrado, meus colegas mineiros da Unicamp brincavam, pois para eles eu estava estudando um objeto inexistente: a indústria mineira.

**CF: Tudo isso some com a privatização?**

CC: Sim, privatizou tudo.

**CF: A dissertação foi Estado e capital estrangeiro em Minas Gerais e foi orientada pelo Castro?**

CC: Pelo Castro. Ele havia se transferido da Unicamp para a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], mas continuou me orientando na Unicamp. Vinha ao Rio de Janeiro discutir com o Castro, eu falava, e a dissertação não tinha título por causa do “objeto inexistente”, mas eu conhecia e sabia que era importante o estudo. Minha experiência no BDMG e nos estudos com a equipe do Ilpes demonstravam isto. Aí eu cheguei e falei com Castro, o “trem” lá só tem Estado e capital estrangeiro. Pouca empresa local. Ele me disse: “Coloca esse nome no trem!”.

A rigor, havia algumas indústrias tradicionais. O Bernardo Mascarenhas, que foi um grande industrial do final do século XIX, criou a indústria têxtil Cedro e Cachoeira, que existe até hoje. Depois veio para Juiz de Fora e montou uma outra indústria têxtil e a Usina Hidrelétrica de Marmelos, a primeira da América do Sul, em 1889. No final do século XIX, Juiz de Fora era chamada de “Manchester Mineira”, vale lembrar a importância de certas tradições históricas e educacionais. O Colégio Caraça era um deles. Internato onde também se aprendia línguas. O Bernardo Mascarenhas foi aluno lá. Por isto saiu do interior de Minas e foi para Inglaterra e em seguida para os Estados Unidos comprar equipamentos e fazer treinamento para montar a indústria têxtil Cedro e Cachoeira, na década de 1870.

**CF: Quando você faz o seu doutorado?**

CC: Eu fui para o doutorado em Campinas, em 1982. Fiquei lá um ano e meio e de lá fui direto para a Inglaterra com bolsa da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], mulher e dois filhos. A inflação estava correndo a 10% ao

mês. Cada mês eu recebia na Inglaterra 10% a menos em libras, quando chegou no final dos seis meses o salário não dava para pagar o aluguel. Sobrava apenas o dinheiro da bolsa de U\$600 (400 libras). Minha mulher queria ir a Paris, mas não tivemos dinheiro para atravessar o canal. Tenho que agradecer eternamente à minha mulher, por suportar minhas loucuras, e aos nossos dois filhos mais velhos pela peregrinação: Campinas, Oxford, Roma.

**CB: Mas esse é um momento muito rico, pois ao mesmo tempo em que o Cedeplar se estrutura com pensamento crítico, com uma série de jovens professores, e que você conseguiu tanto “carregar o piano” quanto não demorar tanto assim para ir para o doutorado.**

CC: Quando eu entrei para o Cedeplar, como professor colaborador, quase morri de trabalhar, porque eu dava três disciplinas diferentes por semestre. Eu dava Economia Política, para o mestrado, e Introdução à Economia nos cursos de engenharia e sociologia. No semestre seguinte morreu a professora Maria Carmen Carvalho no acidente de avião em Orly, que era professora catedrática de Economia Internacional, e eu tive que dar aula de Economia Internacional. Foi no ano que eu casei e minha mulher falava para irmos ao cinema aos sábados à noite e eu dizia que não podia pois tinha que preparar aulas. No fundo, eu era um idiota. Aceitava tudo com o argumento que tínhamos compromisso. Aliás, o Fernando Reis sempre dizia que se ele algum dia fosse empresário o primeiro empregado seria eu.

**CF: Já chegamos na carreira da UFMG e aqui teria ainda sua ida para a Capes, eu me lembro que foi uma das vezes que o vi em Brasília.**

CC: Eu fui diretor do Cedeplar por dois mandatos, 1979-1980 e 1984-1985. Quando voltei da bolsa sanduíche eu tive que assumir de novo porque o José Alberto tinha ficado dois mandatos e não podia ser nomeado novamente. Ademais, estava sem professor de macro no Cedeplar, tive que assumir. A tese ficou parada. Só consegui defender em 1987. Em 1991, fui para os EUA fazer um pós-doutorado com a Ann Markusen. Voltei e me pressionaram para assumir a chefia do departamento de economia em 1992/93. Agora o Cedeplar já não estava mais ligado à Reitoria e sim ao Departamento de Economia. Em 1998 fui de novo para Inglaterra para passar alguns meses no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford. Voltei em agosto

de 1998 da Inglaterra, estava vencendo o mandato do diretor da escola. De novo, faca no peito. Fiquei dois mandatos, oito anos, na diretoria da faculdade, 1998-2006.

Desde 1979, passei a ser convidado para as comissões de avaliação da Capes. A partir de então participei de várias avaliações ao longo de toda a década de 1980 e 1990, sob as coordenações de Luciano Coutinho, Mario Possas, Eduardo Augusto Guimarães, Aloísio Araújo, Ana Maria Bianchi. Eram bianuais. Havia muita briga na área de economia. Então, o Aloísio Araújo virou o coordenador da área de economia e fiquei ajudando e segurando as brigas. Na prática fui quase o subcoordenador. O Aloísio queria que eu fosse candidato à substituição dele, mas eu estava muito apertado em Minas e não aceitei. Ana Maria Bianchi aceitou e eu fiquei mais ou menos como adjunto, isso não existia, mas eu funcionei meio assim e quando ela saiu eu virei coordenador. Naquele momento estava estigmatizado PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica] e Unicamp de um lado e FGV [Fundação Getúlio Vargas] e PUC-Rio do outro. Era uma guerra. Quando eu assumi a coordenação tinha uma briga de quase pancada e o pessoal queria votar para decidir que linha seguir. Eu falei que sob minha coordenação não teria voto. O voto ali naquele momento seria rachar o grupo, destruir a área. Tínhamos que construir um consenso, um entendimento. Vitória de um grupo seria o fracasso de todos e da área. A universidade é por natureza plural. Creio que minhas andanças pelo mundo ajudaram. Foi briga brava. Convivi de forma respeitosa e cordial com todos. Não construí inimizades, mas mantive pulso firme. Aí eu fui para o Conselho Técnico Científico da

Desde 1979, passei a ser convidado para as comissões de avaliação da Capes. A partir de então participei de várias avaliações ao longo de toda a década de 1980 e 1990 [...]

Tínhamos que construir um consenso, um entendimento.

Vitória de um grupo seria o fracasso de todos e da área.

Capes. A Adriana Amado, que foi minha subcoordenadora disse: é bom ser mais velho. Quando eu crescer quero ser assim.

**CF: E na sua avaliação a Capes faz um bom trabalho?**

CC: Ela já fez um excelente trabalho, mas agora precisa mudar. Esse sistema de avaliação está superado no meu entendimento. Virou só contar *paper*. Inclusive, os cursos limpam equipes para colocar na avaliação só aqueles que têm produção. Estão mascarando. Eu acho que foi muito importante aquela pressão para publicar, mas agora virou uma coisa americana “*publish or perish*”, pela quantidade, não pela qualidade. O Abílio Baeta é sensível a isso e me disse que, na opinião dele, as humanidades ficam copiando as áreas da ciência da natureza. Nada contra a modelagem em economia. Porém não se pode desconsiderar as dimensões qualitativas, políticas e simbólicas. Um colega meu já disse “meu modelo está certo, a realidade que está errada”!

**CF: Como suas ideias sobre pensamento de desenvolvimento evoluem a partir do Cedeplar?**

CC: Antes precisamos resgatar os antecedentes mundiais e brasileiros sobre a questão regional, através das quais construí e consolidei minha carreira no Cedeplar. Os grandes teóricos de economia regional são os alemães: Johann Heinrich von Thünen, com a ideia de como se organizava a agricultura em torno das cidades, no início do século XIX (1826), conhecida como teoria do Estado isolado; Alfred Weber, irmão do Max Weber, que publicou *A teoria da localização industrial*, em 1909; Losch com a ideia de área de mercado; e Christaller com a ideia de que a cidade organiza o território, estes dois na década de 1930. Todo o berço teórico da economia regional é alemão. No entanto, a partir da crise de 1929 a questão ganha relevância com o grande experimento do planejamento das bacias hidrográficas nos Estados Unidos, a questão do Mezzogiorno, na Itália. A corrente francesa ganhou ênfase em duas linhas. O François Perroux, economista, que tinha uma visão diferenciada de geopolítica e foi um precursor de uma visão de globalização. A empresa tem que atuar no seu mercado e o mercado dela não se confunde com o território. É a explicação da internacionalização. Surge a ideia de polo de desenvolvimento. E polo de desenvolvimento cria a ideia de empresa motriz, aquela que seja capaz de germinar progresso técnico e desenvolvimento econômico. Nessa linha, Perroux traduziu, em

1936-1937, do alemão para o francês, o livro *Teoria do desenvolvimento econômico*, do Joseph Schumpeter, que é o fundamento teórico do conceito de inovação. Esses são os fundamentos das ideias de polo de desenvolvimento que se generalizaram no mundo. A outra linha vinha dos geógrafos, preocupados com a megaconcentração urbana em Paris. Dessa preocupação decorreu o livro de Jean-François Gravier, *Paris e o deserto francês*. Nessa linha foi estruturado o planejamento territorial francês, com as metrópoles de equilíbrio e a política de organização (ordenamento) do território.

Assim, o tema desenvolvimento regional ganha dimensão mundial no pós-Segunda Guerra, do ponto de vista teórico e de políticas públicas. De um lado, sob a influência dos teóricos alemães e dos modelos keynesianos, mas com orientação neoclássica, Walter Isard, criou a Regional Science Association, nos Estados Unidos. A resposta heterodoxa surge com os ingleses que criaram a Regional Studies Association.

Todo o berço teórico da economia regional é alemão. No entanto, a partir da crise de 1929 a questão ganha relevância com o grande experimento do planejamento das bacias hidrográficas nos Estados Unidos, a questão do Mezzogiorno, na Itália.

No Brasil tivemos as Comissões Imperiais para discutir a questão das secas do Nordeste; a Superintendência da Valorização da Amazônia (SPVEA), criada na Constituição de 1946, para a questão da Amazônia; a Comissão do Vale do São Francisco, criada baseada na experiência do Tennessee Valley Authority que é do programa do *New Deal* e trazia a ideia do planejamento das bacias hidrográficas. A questão da pobreza nordestina vai ser tratada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo estudo final foi elaborado por Celso Furtado. Ele foi a base para a criação da Sudene. Uma área que funcionou muito bem na Sudene foi a de infraestrutura e o incentivo para industrialização, mas fracassou no programa de colonização dirigida para o Maranhão e na proposta avançada

que era reestruturação da faixa úmida, onde estão os usineiros. As ideias eram primorosas, mas não houve apoio político para mexer com terra de usineiro. Desse conflito nasceram as Ligas Camponesas, sob a liderança de Julião. Para a Região Norte foram criadas a Sudam [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia] e a Suframa [Superintendência da Zona Franca de Manaus], e a Sudeco [Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste] para a Região Centro-Oeste.

Voltando ao início da pergunta. Eu fui fortemente influenciado pelo Fernando Reis, com quem trabalhei de 1963 a 1969. Era seu secretário durante as discussões para a criação do Cedeplar, onde acabei caindo, por outras vias. No Cedeplar, com esses antecedentes, construí minha carreira e minha trajetória acadêmica.

### **CF: E a contribuição de Cedeplar para o planejamento regional?**

CC: O Cedeplar chega depois, mas teve antecedentes. Lucas Lopes foi professor de geografia econômica na Faculdade de Ciências Econômicas, na década de 1940, e discutia geopolítica, inclusive o livro do Ratzel. Ele foi seguido por Domício de Figueiredo Murta, também professor da Face. Domício viveu com Pandiá Calógeras, que o mandou para a Alemanha. Ele estudou economia regional, aprendeu alemão, inclusive traduziu o *Plutus Brasiliense* do Eschwege. Ele elaborou os estudos regionais do Plano de Eletrificação de Minas Gerais. Depois vieram vários professores que se especializaram em economia regional, como Fernando Reis, Paulo Haddad, entre outros, que criaram o Cedeplar.

### **RSB: Pandiá foi o único ministro da Guerra que era civil.**

CC: Sim, Pandiá foi figura de destaque político e técnico. Era engenheiro e geólogo. Antes de ser ministro da Guerra foi deputado por Minas, ministro da Agricultura e da Fazenda. Teve também obra acadêmica e foi o autor do projeto que separava a propriedade do solo do subsolo. Mandou Domício para a Alemanha. Como disse, Domício elaborou a parte regional do plano de eletrificação de Minas Gerais, coordenado por Lucas Lopes, para o qual tomou como referência a experiência soviética de construção de usinas isoladas para integração futura. O plano ficou pronto em 1949 e foi a base da criação da Cemig. Havia, portanto, uma visão regional. Creio que ela influenciou muito a experiência brasileira de criação de usinas e de integração futura através de longas linhas de transmissão em alta tensão. Minas consolidou sua experiência de planejamento no governo Milton Campos. Este era

da UDN [União Democrática Nacional], mas Lucas Lopes era do PSD [Partido Social Democrático] e trabalharam juntos no mesmo período. O Milton Campos era um democrata.

**CF: A criação da Cemig é um marco, e depois?**

CC: Além da Cemig, foi criado o Departamento de Estradas de Rodagem, dentro do binômio “Energia e Transporte”. A era rodoviária. Que deu origem também à corrupção. Como os empreiteiros começaram a ganhar dinheiro, descrevo isto no meu livro *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Mas, a meu ver, a Cemig foi sem nenhuma dúvida a base da grande experiência do planejamento energético do Brasil.

**CF: Mas estávamos nessa experiência e contribuição do Cedeplar.**

CC: Ele foi criado dentro de uma concepção heterodoxa, seguindo a linha francesa. Depois foi esvaziado com a saída do Fernando Reis, Álvaro Fortes Santiago e Élcio Costa Couto. Depois saíram o Paulo Haddad, Carlos Maurício e outros professores. Quando chegaram os “campineiros”, em 1976, houve certa crise. Foi criado o curso de Teoria Econômica em relativa oposição ao curso de Economia Regional. Mas a tradição do Cedeplar era economia regional. Um ano depois eu, Mauricio Borges e Maria Regina Nabuco, que estava chegando do doutorado na Inglaterra, fomos para o curso de Economia Regional. Acho que contribuimos para salvá-lo. Nunca tinha estudado economia regional. Foi autodidatismo.

**CF: Mas tinha experiência do BDMG.**

CC: Mas dar aula é outra coisa, tem que saber teoria e conhecer a literatura. E no Cedeplar houve um período em que um grupo queria acabar com o outro. O curso de Demografia, que nasceu como disciplina dentro do curso de Economia Regional, ganhou musculatura e ajudou a estabilizar o centro. Se tornou programa independente dentro do Cedeplar e hoje é um curso nota 7 na Capes, com liderança nacional e internacional. Aqui cabe registrar o papel de destaque do Prof. José Alberto, que criou e foi o primeiro presidente da Abep (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) e depois presidente da International Union for Scientific Studies on Population (IUSSP). Mas no Cedeplar, no final dos anos de 1970, houve tensão. Entrei para o Cedeplar como professor do recém-criado programa de Teoria Econômica, em 1976. Em 1979 me

tornei diretor do Cedeplar e fomos para o programa de economia regional. Desculpe a falta de modéstia, mas acho que o salvamos. Hoje isto está superado. O Cedeplar está muito bem com uma equipe de professores jovens, todos muito qualificados e uma convivência plural, é uma escola que tem neoclássicos e heterodoxos, só que nenhum grupo tem hegemonia. O Cedeplar possui dois programas de pós-graduação: Demografia, com nota 7 na Capes, e Economia, com nota 6. Cabe registrar que só do Cedeplar saíram quatro ministros: Paulo Haddad, Paulo Paiva, Mauro Borges e eu próprio, além de Lucas Lopes, Ronaldo Costa Couto e Fernando Pimentel que também foram professores do Departamento de Economia da Face. Ou seja, além de lideranças como Fernando Reis e Élcio Costa Couto, que assumiram vários cargos de destaque, sete ministros saíram do Departamento de Economia da Face.

[...] só do Cedeplar saíram quatro ministros: Paulo Haddad, Paulo Paiva, Mauro Borges e eu próprio, além de Lucas Lopes, Ronaldo Costa Couto e Fernando Pimentel que também foram professores do Departamento de Economia da Face.

**CF: Você claramente é uma liderança ali dentro.**

CC: Não. Meu tempo já passou. O tempo passa. Eu continuo lá, mas fui aposentado pela compulsória. Sou professor emérito. Tenho ótimo relacionamento, mas tenho muito cuidado em não interferir, não atrapalhar os jovens. A instituição é permanente. Nós somos temporários.

**CB: Acho que uma coisa forte na geração de vocês é essa marca de passar pelo Estado e voltar para academia. Você tem grandes lideranças como o Marco Crocco que está no BDMG e é professor da casa.**

CC: Quando eu era chefe de Departamento de Economia chegou um momento em que entre trinta e poucos professores, sete professores estavam à disposição do setor público federal, estadual e municipal. O Crocco trabalhou vinte anos comigo. Foi meu

aluno de graduação, meu assistente de pesquisa, meu coautor em vários trabalhos, meu vice-diretor da Face e presidente da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa quando eu fui reitor. Agora ele é o presidente do BDMG. O Mauro Borges é outro. Ele foi meu aluno, depois ele fez tese em economia agrícola na Inglaterra, voltou e foi trabalhar comigo em economia industrial e regional e depois foi para Brasília. Assumi a ABDI [Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial] e depois o Ministério da Indústria e Comércio. Foi depois presidente da Cemig.

**RSB: A condição geográfica é importante. Minas é o centro geográfico e um dos centros históricos do Brasil. Tem a ligação com a Amazônia, com o Centro-Oeste, com Nordeste, com o Sul. Não é por acaso que grandes políticos são mineiros. Acho que vem dessa convivência. Desse relacionamento.**

CC: É uma situação paradoxal. Por um lado, a posição geográfica como estado central ajuda. Minas era considerada como uma síntese nacional. A construção de Brasília ampliou a posição de Minas como passagem obrigatória entre a nova capital e os estados mais desenvolvidos: Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro, a proximidade acaba dificultando, pela concorrência. Por exemplo, o aeroporto de Belo Horizonte não se consolida como aeroporto internacional, exatamente pela proximidade com São Paulo e Rio. Atualmente, nossas lideranças políticas estão enfraquecidas. Em 1984 publiquei um artigo denominado *O paradoxo mineiro: fortalecimento econômico e enfraquecimento político*.

**CB: Tem um fio também do progresso técnico e inovação que você diz, que vem lá de trás, e sua participação também nessa temática sempre. Como, por exemplo, ter trabalhado como diretor do Parque Tecnológico.**

CC: O Parque Tecnológico nasceu de um estudo meu e do Mauro Borges. Eu era engenheiro, trabalhei com indústria no BDMG, fui subcoordenador da Divisão do Desenvolvimento Industrial do convênio com o Ilpes. Depois, quando eu fui para Campinas, o Castro queria criar o Instituto de Progresso Técnico. Em 1979, ofereci um curso que se chamava *Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico* para ler a literatura do Schumpeter. Não chamávamos inovação, chamávamos progresso técnico. Depois, eu fiquei três meses com o Sylos-Labini na Itália. Ele havia sido orientando do Schumpeter. O livro *Oligopólio e progresso técnico* era um pouco filhote da tese dele com Schum-

peter, que ele defendeu em 1949. Introduzi esse curso no Cedeplar e depois essa coisa ganhou dimensão. Hoje o Cedeplar tem um grupo enorme que só trabalha com economia da tecnologia. Estou superado, mas creio que dei minha contribuição. E ainda tenho um pé nisso. Inclusive meus projetos futuros passam pela articulação da questão tecnológica com o território. Acabo de preparar um artigo, que será publicado pela RBEUR [Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais] sobre a corrida científica e tecnológica mundial e seus efeitos geoeconômicos e geopolíticos e a posição do Brasil. Publiquei um capítulo de livro sobre os riscos do gnosticismo científico e tecnológico.

### **ROSA FREIRE D'AGUIAR (RFA): Você conheceu o Israel Pinheiro?**

CC: Superficialmente. Enquanto eu era datilógrafo, cheguei a fazer um trabalho para ele. Depois, quando foi governador, fui designado para ser o representante dos funcionários quando queriam transformar o banco em sociedade anônima. Israel foi uma figura muito importante. Trouxe a herança do pai, João Pinheiro, que foi governador de Minas na década de 1890 e depois no início do século XX. Foi o idealizador do Primeiro Congresso Mineiro de Desenvolvimento Industrial, em 1903. Morreu precocemente no cargo. O Israel formou em engenharia, em Ouro Preto, em 1917. Foi secretário da Agricultura de Minas na década de 1930, no governo Benedito Valadares. Tinha a ideia que Minas não podia ficar só exportando minério de ferro, precisava diversificar sua economia. Criou a cidade industrial de Contagem, no início da década de 1940 e a usina hidroelétrica de Gafanhoto para abastecê-la. O Lucas Lopes trabalhava com ele nessa época, e o substituiu na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Negócios, tudo que era econômico estava nessa secretaria. Os engenheiros de Ouro Preto tinham uma visão aberta. Contagem foi a primeira cidade industrial planejada no Brasil. E é baseada no distrito industrial de Camberra, na Austrália. Israel virou presidente da Vale do Rio Doce quando ela foi criada, em 1942. Depois, voltou para Minas, foi deputado etc. e foi construtor de Brasília com JK. Criou outras coisas quando foi governador, um grande centro de pesquisa na agricultura do cerrado, a Fazenda Escola Felixlândia, com o pessoal da escola de agricultura de Viçosa e de Lavras.

O projeto do cerrado, não sei se estou sendo provinciano, foi desenvolvido a partir de Minas. O BDMG e a Secretaria da Agricultura em associação com a Jica [do inglês, Japan International Cooperation Agency], do Japão, criou o Padap (Programa de As-

sentamento Dirigido do Alto Paranaíba), no início da década de 1970, e a empresa Campo, gestora do convênio. A chegada de Alysson Paulinelli como secretário da Agricultura, vindo da experiência de reitor da Universidade de Lavras, em 1971, deu um apoio extraordinário no desenvolvimento agrícola de Minas Gerais. O subsecretário era o Paulo Romano, agrônomo do BDMG, egresso de Viçosa. Assim, as duas escolas trabalharam juntas. Foi criada a Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), base para a estruturação da Embrapa etc. quando o Alysson virou ministro da Agricultura. O Israel foi o grande incentivador da agricultura do cerrado. E foi o governador que começou o *Diagnóstico da Economia Mineira*, concluído no governo Magalhães, coordenado pelo Fernando Reis e apoiado pelo Hindemburgo Pereira Diniz, que se tornou presidente do BDMG e era genro do Israel. O Hindemburgo ampliou os recursos do BDMG e deu grande dinamismo ao banco.

Contagem foi a primeira cidade industrial planejada no Brasil. E é baseada no distrito industrial de Camberra, na Austrália.

**CB: Tem uma questão que é própria do pensamento que foi estruturando o Cedeplar que é uma tradição também brasileira, latino-americana, de não separar o regional de uma discussão de desenvolvimento e de subdesenvolvimento, de teorias do desenvolvimento. Essa riqueza que eu acho que a América Latina tem, desde Celso Furtado até os grandes especialistas em economia regional como o próprio Campolina, Wilson Cano, Tânia Bacelar, Leonardo Guimarães Neto que nunca separaram como uma caixinha anexa.**

CC: O meu projeto pessoal é pensar o papel do território no desenvolvimento, não dá para pensar separado. Não dá para pensar o Brasil sem pensar a Amazônia brasileira, a plataforma continental ou Amazônia Azul, o Nordeste e a América Latina. A minha visão é que não dá mais para trabalhar com planejamento regional com regiões isoladas. Há de ter um projeto nacional de desenvolvimento regional. Eu coordenei uma grande equipe do Cedeplar, assessorando a Tânia Bacelar e o Antonio Carlos Filgueira Galvão, no Ministério da Integração na gestão Ciro Gomes. Desenvolvemos, em con-

junto, as bases da PNDR (Plano Nacional de Desenvolvimento Regional). E para isto o urbano tem que estar integrado. Pensar o urbano separado do regional está totalmente superado. Coordenamos, também, um dos módulos do *Estudo sobre a Dimensão Territorial do Desenvolvimento Brasileiro*, para o Ministério do Planejamento, através do CGEE [Centro de Gestão e Estudos Estratégicos]. Desenvolvemos a proposta de construção do Brasil Policêntrico, a partir das centralidades urbanas. Aliás, um artigo do Furtado de 1967, publicado originalmente na Índia, resgata o papel do urbano e o papel do progresso técnico no desenvolvimento regional. Ou seja, as cidades estruturam e comandam o território e não dá para pensar o desenvolvimento regional fora de cidades. Aprendi acompanhando uma divisão da União Geográfica Internacional – a Comissão de Reestruturação do Espaço Industrial, coordenado por um italiano, o Sergio Conti. Desde 1995 eu acompanhei essa comissão em vários lugares do mundo: na Austrália, na Coreia, na Suécia etc. Os geógrafos que sabem economia são as pessoas mais lúcidas para entender o que está acontecendo com o mundo. Porque geopolítica é fundamental. Infelizmente, eu era muito martelado por isso, porque o Golbery do Couto e Silva escreveu um livro chamado *Geopolítica do Brasil*, então falar de geopolítica era identificado como reacionário e militar. A geopolítica sempre esteve e está na base de todas as disputas mundiais e mesmo entre territórios dentro dos países. Não quero ser pedante, mas geopolítica é o uso político do território. Estamos assistindo nesse momento uma luta geoeconômica e geopolítica avassaladora comandada por EUA de um lado e China do outro.

A geopolítica sempre esteve e está na base de todas as disputas mundiais e mesmo entre territórios dentro dos países. [...].

Estamos assistindo nesse momento uma luta geoeconômica e geopolítica avassaladora comandada por EUA de um lado e China do outro.

comissão de Reestruturação do Espaço Industrial, coordenado por um italiano, o Sergio Conti. Desde 1995 eu acompanhei essa comissão em vários lugares do mundo: na Austrália, na Coreia, na Suécia etc. Os geógrafos que sabem economia são as pessoas mais lúcidas para entender o que está acontecendo com o mundo. Porque geopolítica é fundamental. Infelizmente, eu era muito martelado por isso, porque o Golbery do Couto e Silva escreveu um livro chamado *Geopolítica do Brasil*, então falar de geopolítica era identificado como reacionário e militar. A geopolítica sempre esteve e está na base de todas as disputas mundiais e mesmo entre territórios dentro dos países. Não quero ser pedante, mas geopolítica é o uso político do território. Estamos assistindo nesse momento uma luta geoeconômica e geopolítica avassaladora comandada por EUA de um lado e China do outro. E a questão asiática é muito maior que a China. Eu já fui à China dez vezes, e para entender o

fenômeno asiático você tem que conhecer a China, a Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, Vietnã e Índia etc. A Índia é um monstro com toda sua herança cultural, sociedade de casta etc., mas tem ciência, tem vários prêmios Nobel. A Índia está crescendo de forma sustentada há três décadas. O fenômeno asiático é uma questão impressionante. Outra coisa que o Brasil perdeu é que não planeja. Sem planejamento, como sistematizar a ação pública? Como pensar o médio e o longo prazo? O país precisa de um Projeto de Nação. Para isto é preciso planejamento e decisão política.

**CF: A que você atribuiu o Brasil ter perdido tanto espaço na geopolítica mundial? Já teve instituições de planejamento?**

CC: Com a desindustrialização, o Brasil está perdendo protagonismo mundial. Com relação ao planejamento, é triste, pois o Brasil tem experiência e competência técnica para fazer. Eu acho que o grande sucesso da expansão do capitalismo no pós-Segunda Guerra acabou enfraquecendo o planejamento. Depois vem a ênfase neoliberal, redução do Estado, liberação do mercado etc. Apesar de tudo isto, a maioria dos países planeja, especialmente os asiáticos.

**CF: Os asiáticos resistiram mais. Eles também estão na onda neoliberal, mas ainda se impõem.**

CC: Eles planejam. A China está no 13º plano quinquenal.

**RFA: A Índia tem também?**

CC: A Índia é mais complicada, pela sua estrutura social, mas tem uma experiência muito interessante. Está descrita no livro do Basu *An economist in the real world: the art of policymaking in India*. Tem uns trinta anos que a Índia tem um núcleo informal pensando que é o chamado “*coffee shop*”, que fica entre a escola de economia e sociologia da Universidade de Delhi, por onde passa a intelectualidade indiana, *policy makers* e ativistas discutindo o futuro da Índia. Não se pode analisar a China e a Índia com nossos critérios, porque são outras culturas. Se você ler o discurso do Xi Jinping feito na Academia Chinesa de Ciência, recentemente, observa que os chineses estão tentando resgatar os valores culturais deles. O confucionismo. O Instituto Confúcio está em todo lugar do mundo. Aqui no Brasil tem uns dez, pelo menos, e eu mesmo criei um lá na UFMG quando era reitor, para ensinar o mandarim. E o discurso do Jinping

vem resgatando os filósofos das dinastias anteriores e dizendo que eles não podem abandonar as tradições culturais. O confucionismo é impressionante e é toda aquela coisa da ordem, da obediência, da solidariedade e da paz. Eu vou fazer uma provocação e cometer um atrevimento. Creio que por trás a China está tentando construir “a ética confuciana e o espírito do capitalismo” para substituir a ética protestante e o espírito do capitalismo.

**RSB: A ordem e obediência em clima de paz. Não é a ordem e obediência imposta.**

CC: Em 1994, o Comitê do Partido Comunista Chinês aprovou alguns traços do modelo chinês, que tem que combinar um Estado forte, um mercado forte e uma sociedade fraca. A crise de 2008 acelerou a volta da China para o mercado interno. É avassaladora a infraestrutura que está se construindo. Um programa de urbanização para valer, com algumas questões diferentes. A terra chinesa pertence ao Estado e, portanto, não se faz favela. Você não constrói um tijolo sem autorização do Estado. E com essa coisa agora que é o programa da geopolítica do *Silk Road e Sea Belt*, os dois cinturões para integrar o mundo. Uma coisa nova, porque a China nunca teve um projeto de dominação geopolítica do mundo. Tudo isto é planejado

**RSB: Mas tudo controlado pelo partido. Você falou com relação à questão do planejamento e é muito complicado você compatibilizar um planejamento de longo prazo com um regime democrático que muda a visão política de cada governo. Agora, a China conseguiu um sistema de planejamento e de visão da nação que é coordenado por um partido que tem 90 milhões de pessoas. O Partido Comunista Chinês tem 90 milhões daqueles que se reúnem semanalmente, mensalmente na região e então eles captam efetivamente o sentimento e a vontade popular.**

CC: Repatriaram todos os chineses que tinham condições de contribuir, e estrangeiros também. Eu ainda sou coeditor da revista *Area Development and Policy*, editada pela Regional Studies Association. O editor é o Mick Dunford, da Universidade de Sussex, contratado pela Academia Chinesa de Ciências. Os coeditores são um indiano, um russo, um sul-africano, um coreano, uma americana e eu. É um projeto geopolítico de construir alternativa à dominação USA-Europa via Brics. Agora, é uma coisa altamente centralizada e eles estão levando a intelectualidade para poder estudar alternativas.

**RSB: É uma cultura milenar.**

CC: Eu não sei quais os conflitos que isso pode gerar no futuro. A questão de controle de mobilidade populacional, por exemplo. Eles estão perdendo porque as cidades estão cheias de gente.

**RSB: A gente tem cursos de filosofia, mas é tudo filosofia ocidental. Não tem um pensador chinês, nem japonês, nem indiano em nossos currículos de filosofia. O que são as filosofias chinesa e indiana, que são milenares, que ninguém sabe?**

CC: A gente está numa tradição eurocentrista. Nosso padrão cultural está aí e com muito pouco interesse pelo Oriente. Uma barreira enorme é a língua. Aprender as línguas orientais não é fácil.

**RFA: Voltando à tradição de planejamento no Brasil, existem países que não são capitalismo de Estado e têm planejamento, como vários na Europa. No Brasil, parece que abandonamos de vez o planejamento a longo prazo.**

CC: Um abandono total. A China, por exemplo, tem os planos quinquenais. O plano é uma intencionalidade e tem que ser acompanhado e corrigido o tempo inteiro. Por exemplo, o plano chinês de ciência e tecnologia de 2006 a 2020. O plano vai sendo desagregado, depois você criou o *Internet Plus*, depois você criou o *Made in China 2025*, lançado em 2016, para pensar em como preparar a China para poder liderar vários setores tecnológicos no mundo até 2025. A China ultrapassará os Estados Unidos em número de *papers* científicos publicados em inglês. Todas as avaliações dizem o seguinte, que a qualidade é ruim e não tem impacto. Isso é verdade, só que a China está pondo dinheiro em educação e ciência e tecnologia e todo sistema é planejado. Fui convidado pelo Instituto de Geografia e Recursos Naturais da Academia Chinesa de Ciências, em 2015, para fazer uma palestra. O Wan Gang, que é o atual minis-

A crise de 2008 acelerou a volta da China para o mercado interno. É avassaladora a infraestrutura que está se construindo. Um programa de urbanização para valer, com algumas questões diferentes.

A ciência brasileira avançou muito. Você tem cientistas brasileiros de alto padrão. Gente que circula no mundo inteiro. [...] O nosso problema é que nós não conseguimos fazer a ponte entre ciência, política pública e sistema produtivo.

é o país que mais gasta dinheiro com pesquisa e desenvolvimento do mundo. Está chegando a 5% do PIB – nós já chegamos a 1,2%, mas creio que talvez agora estejamos abaixo de 1%.

tro de Ciência e Tecnologia da China, estudei nos Estados Unidos, fiz doutorado lá e depois trabalhei na Alemanha muitos anos. Assimilei a cultura ocidental e não pertencerei ao Partido Comunista. Em 2014, quando eu era ministro, fui à China coordenando a missão brasileira para lançar o satélite Cibernets IV e visitar nosso navio de pesquisa “Vital de Oliveira” que estava sendo construído com projeto e supervisão norueguesa, em Xinhui, na China. Wan Gang parece um ocidental. Falou comigo que eu era engenheiro e ele também, que eu fui reitor e ele também, que eu sou ministro e ele também é, que deveríamos fazer a nossa reunião, cada um falando sua língua e depois deveríamos conversar só com os dois. Ou seja, eles são perspicazes. Agora, o mercado funciona para valer. Nos outros países, como a Coreia do Sul, também se planeja muito. A Coreia

**CF: Sua experiência no Ministério da Ciência e Tecnologia. Como você pode avaliar essa distância que nós estamos com relação ao resto do mundo?**

CC: É uma coisa paradoxal. A ciência brasileira avançou muito. Você tem cientistas brasileiros de alto padrão. Gente que circula no mundo inteiro. A Capes e o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] ajudaram muito. O nosso problema é que nós não conseguimos fazer a ponte entre ciência, política pública e sistema produtivo. Foi o que eu consegui arrancar com a presidenta Dilma, que assinou o decreto das Plataformas do Conhecimento. As plataformas previam um programa para dez anos para selecionar algumas atividades que tivessem grande po-

tencial científico e econômico e interesse social no Brasil. Nós preparamos, por exemplo, plataforma da aeronáutica que estava prontinha para sair, mas decidimos não lançá-la sem a segurança de continuidade. Várias outras estavam sendo preparadas. Área de biofármacos, por exemplo, pode ser uma grande oportunidade econômica e tecnológica e de alto interesse social. O problema é acertar com os laboratórios nacionais. No discurso, é muito bom, mas quando coloca na mesa um quer engolir o outro. E orientar as políticas de desenvolvimento dos órgãos de fomento, o BNDES e a Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], por exemplo. Mas isso tem que ser programa para 10, 20 anos, como propunha o projeto das Plataformas. Por exemplo, o Ministério de Ciência e Tecnologia possui 32 órgãos ligados a ele, e o dinheiro pulveriza. No final da minha gestão, propus uma reestruturação do ministério. Mas isto toma tempo, depende de vontade e força política.

#### **CF: E as agências de desenvolvimento dos estados?**

CC: Todo estado tem uma fundação de apoio à pesquisa. Eu sou presidente do Conselho da Fapemig [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais], que é de Minas. Elas trabalham muito articuladas com o CNPq inclusive, os INCTs [Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia], que é um programa coordenado pelo CNPq, mas com grande participação das FAPs [Fundações de Amparo à Pesquisa]. Mas isso tem que ser programa de médio e longo prazo, não tem jeito de isso ser de curto prazo. Então, eu acho que tem potencial, mas a velocidade das transformações mundiais é tal que a gente não consegue acompanhar, nesta desordem que está o Brasil. Olha, o governo de Getúlio foi um marco. O Getúlio foi um ditador, mas é preciso reconhecer as coisas que foram feitas, a criação do BNDES, Capes, CNPq, Petrobras etc. Tudo isso é governo Getúlio. A Assessoria Econômica funcionou bem. E essas coisas estão plantadas até agora. Chegou o momento de uma nova reestruturação.

#### **RFA: Bom, 1% do PIB é pouco, mas não é tão pouco assim. A questão é que com 1% do PIB mais ou menos tivemos certa continuidade em três governos do PT [Partido dos Trabalhadores]. Houve um avanço significativo nos anos do PT?**

CC: Em ciência e tecnologia houve. Vou falar uma coisa que assusta um pouco. Os militares não foram mal para a ciência e tecnologia, já que eles tinham um projeto para o país. Eu fiquei positivamente surpreso com os militares quando eu tomei

posse no ministério. A primeira audiência quem me pediu foi o comandante Moura Neto, da Marinha. Um almirante bem preparado e queria discutir como podia articular um plano de ciência e tecnologia com eles. Eles têm gente preparada. Eles insistiram para que eu fosse a Iperó para ver a concentração de urânio, fui. Insistiram para eu ir à Antártica, eu fui. Insistiram para eu ver o submarino de propulsão nuclear e eu fui. Antes haviam participado do Convênio MCTI-Marinha-Petrobrás-Vale para comprar o navio de pesquisa. O pessoal da Aeronáutica também tem muita qualidade e foi daí que saiu a Embraer, o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), todos são projetos dos militares. O CNPq também foi um almirante que criou, o Álvaro Alberto. O Exército um pouco menos, mas também tinha todo interesse. Eles, os militares, deram apoio a essas instâncias de apoio à pesquisa, isso não foi desmobilizado por eles. Por outro lado, a ciência brasileira avançou muito. Há cientistas de destaque em todas as áreas do conhecimento. As universidades estão estruturadas. Falta mais dinheiro, planejamento e articulação entre instituições públicas e o sistema empresarial.

**RFA: Eu queria voltar um pouquinho. Nós tivemos uma continuidade de poder durante 12 anos. O que você acha que melhorou? Houve um salto pequeno ou grande nesses anos? Às vezes é difícil ter um projeto de longo prazo, pois é interrompido por outro presidente que pode destruir tudo o que o anterior fez. Mas tivemos a sorte de ter uma continuidade democrática por muitos anos, o que é raro no Brasil.**

CC: O governo do PT fez muita coisa positiva. Na área de educação, a gestão Fernando Haddad deu uma grande ênfase à educação superior. Mas eu acho que ficou um pé de barro. O problema é que o Brasil tem que resolver a educação básica. Parece que a elite brasileira não quer resolver esse problema e isso não sensibiliza a elite política. Acho até que ele exagerou na criação de universidades, de institutos federais de educação tecnológica e no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). O Ciência Sem Fronteiras também era um programa maravilhoso que depois foi exagerado, o que o comprometeu. Houve um grande salto no sistema universitário, mas, sem dinheiro e continuidade, ele pode ser comprometido. O PT teve muita sorte porque surfou em um momento de crescimento

da economia mundial com uma situação excepcional dos preços de *commodities* lá em cima e fez muita coisa boa, mas não planejava.

**RSB: O elo fraco nisso tudo não é nem o elementar, é o secundário, não?**

CC: Esse é o outro mito que o Brasil criou. O secundário é um fracasso porque ele vem do fundamental despreparado. O secundário tem outras questões, trabalha com adolescente, que é outra dimensão de problema social, político, disciplinar. Mas se você tem o fundamental mal feito, acrescenta a indisciplina e dá o fracasso no secundário. A educação básica tem que ser vista de forma integral, da creche ao fim do secundário.

**RFA: Você mudaria isso, você acha que é uma má ideia federalizar?**

CC: Acho. A educação básica precisa ser descentralizada. Ela tem capilaridade. O Governo Federal precisa orientar e apoiar, mas ela precisa ser executada pelos entes federados locais. O Brasil é muito grande. Centralizar vai criar uma burocracia em Brasília que você nem imagina. Mas é preciso valorizar o professor, e não é só salário. Valorizar social e politicamente a escola e o professor. Convencer a sociedade que a escola é importante.

**RFA: Na questão do ensino básico, você cai nas desigualdades imensas entre os estados, entre a formação dos professores.**

CC: Se valorizar o professor, você vai ver que muita gente vai querer ser professor. Hoje ninguém mais quer fazer licenciatura. Nos cursos de licenciatura está sobrando vaga porque não tem valorização nem financeira, nem social. Se você valorizar o professor, você passa a ter uma carreira atraente. O Ceará tem o melhor sistema de

O Ciência Sem Fronteiras também era um programa maravilhoso que depois foi exagerado, o que o comprometeu. Houve um grande salto no sistema universitário, mas, sem dinheiro e continuidade, ele pode ser comprometido.

educação básica do Brasil. Vamos aprender com eles. Há muitas questões a serem enfrentadas ao mesmo tempo. O planejamento é que vai permitir você selecionar o que é prioritário. Além da educação, a questão urbana. Você quer um caos maior do que o caos urbano? Tem muita terra dentro da cidade e há vários teóricos que falam sobre os eixos de transporte. Tenho dúvidas sobre isto. Agora, é preciso planejar. O que vai fazer com educação? Infraestrutura? Com as cidades nas suas várias dimensões? Problemas de habitação, saneamento, segurança que eu acho que não resolve com polícia, por exemplo – tem que ter polícia, mas se não resolver a desigualdade social, se não der escolaridade para as pessoas, colocar uma escola digna, não adianta. Essas coisas precisam ser planejadas.

**CB: Fale um pouco sobre o processo de desindustrialização e como enfrentá-lo.**

CC: Deixamos a indústria ir para o buraco. A recuperação não é fácil, pois o mundo está em uma corrida científica, tecnológica e comercial. A desindustrialização é um dos problemas econômicos mais graves que vêm ocorrendo no Brasil. Elevação do preço das *commodities* com grande superávit na balança comercial, taxa de câmbio valorizada e taxa de juros elevadas compuseram o coquetel mortal. Em meados da década de 1980 a participação da indústria no PIB chegou a 23%. Depois começou a cair. As últimas estimativas estavam em 11% e talvez tenha caído mais. O Japão e a Alemanha ainda estão com 20%. Os EUA caíram, mas é um processo de desindustrialização natural de uma economia que cresceu muito e aumentou a cesta de serviços. O Brasil cometeu alguns erros. Para usar uma expressão do interior: “O efeito multiplicador do frigorífico termina com o berro do boi”. A criação dos campeões nacionais não deu o resultado esperado. Era necessário selecionar setores que apontassem para o futuro. As energias renováveis, por exemplo. Parece que o Brasil está conseguindo ter sucesso com isso. E parece que o futuro energético está nas bactérias!

Faltou uma sintonia fina, que não é simples de fazer, para proteger um pouco a indústria nacional. Superávit na balança de *commodities*, déficit na balança industrial e o balanço de pagamentos continuou tranquilo acumulando reservas. Como isto a taxa de câmbio ficou supervalorizada. Importar bens industriais era mais barato. O coeficiente de importação de bens industriais subiu muito, e o de exportações caiu.

É urgente um processo planejado para resgatar a indústria. É necessário tentar selecionar e valorizar a empresa nacional, não é para assustar capital estrangeiro. É preciso também condicionar a empresa estrangeira a internalizar pesquisa. A Coreia do Sul industrializou com empresa coreana. O Japão retomou o milagre em cima de empresas japonesas. Nós conseguimos ter o que tivemos, no programa do segundo PND [Plano Nacional de Desenvolvimento] do Geisel, porque havia um programa de fortalecimento da indústria de bens de capital. Muitos projetos fracassaram, mas muitos foram implantados. Havia uma geração de empresários brasileiros dinâmicos

Há muitas questões a serem enfrentadas ao mesmo tempo.

O planejamento é que vai permitir você selecionar o que é prioritário.

[...] É urgente um processo planejado para resgatar a indústria. É necessário tentar selecionar e valorizar a empresa nacional, não é para assustar capital estrangeiro.

no setor de bens de capital, os Bardellas, os Zanini, os Dedini, mas acho que eles perderam a corrida. Eu lembro que, em Minas, a Usiminas foi condicionada para criar a Usiminas Mecânica. A Acesita criou a Forjas Acesita. A própria Belgo foi pressionada para criar a indústria de bens de capital. Essas coisas morreram.

Qual é a saída? Existem muitos especialistas no Brasil e instituições. É preciso planejamento e ação. A política industrial precisa incluir de forma vigorosa a questão tecnológica, o aumento de produtividade como bases para ampliar a capacidade de competir. Não é uma política de protecionismo, pois está superado, é um apoio a setores que tivessem potencial. O BNDES é um grande instrumento para isso, mas precisa haver planejamento e articulação com outros órgãos. Há experiência positiva nisso. A Universidade da Petrobras é de grande sucesso tecnológico. Você

não encontra escola de engenharia que forme engenheiro com a qualificação necessária, por exemplo, para trabalhar com os desafios tecnológicos da exploração em águas profundas. Você tem que pegar um bom aluno e prepará-lo. As universidades *in company* têm um papel. O caso da Embraer é outro bom exemplo de sucesso. O caso da Embrapa é uma boa experiência também – não é universidade, mas tem conexão permanente com as universidades, Viçosa, Piracicaba e Lavras. No setor agrícola, as cooperativas cumprem um papel central, primeiro, que tecnologia agrícola você pode disseminar, a tecnologia industrial é exclusiva. Nossa ideia com as Plataformas de Conhecimento foi a de fazer um programa de 10 anos, com BNDES, Finep, CNPq, Capes, as empresas e os núcleos científicos das universidades. A retomada da indústria é muito difícil.

### **RSB: A eleição do Trump tem a ver com isso.**

CC. Os Estados Unidos se assustaram com a China. Começaram a ter déficit crescente na balança industrial, inclusive de bens de alta tecnologia. Ásia disparou. A China passou os EUA na produção e no comércio de bens industriais. Na produção científica, a China em 2000 publicava 47 mil *papers*, os EUA, 350 mil. No ano de 2017, os EUA produziram 620 mil, a China, 510 mil. A China vai passar os EUA. E você vai dizer que a qualidade não é a mesma, mas é questão de tempo. A Academia Chinesa de Ciências tem laboratórios regionalizados, distribuição de atribuições por universidade, integração com as empresas.

Na Coreia – algo que eu não quero para o Brasil –, os laboratórios das empresas estão dentro das universidades. Eles formam as pessoas diretamente lá. A Índia vem expandindo sua indústria de forma sustentada há três décadas. É uma sociedade com padrões culturais complexos, porém têm ciência.

Por isto, os EUA criaram, no Governo Obama, o NNMI (*National Network for Manufacturing Innovation Program*), depois redenominado *Manufacturing USA*. É um programa de reindustrialização, com a proposta de instalar 15 institutos. Em 2017 já estavam em funcionamento 14. É um pouco na linha das Plataformas de Conhecimento que propusemos para o Brasil. Ligar ciência, políticas públicas e sistema produtivo. Infelizmente, no caso dos Estados Unidos, 8 dos 14 institutos estão ligados ao Departamento de Defesa. Fazer armas e guerra. Aliás, o grande paradigma tecnológico americano é a indústria militar. Agora, no Governo Trump, há uma radical política nacionalista.

**CF: E isso coordenado com uma política macroeconômica que não destrua a indústria via câmbio e juros.**

CC: Inteiramente de acordo. Houve uma ativa política industrial, com financiamento, mas uma taxa de câmbio e de juros que destruiu a indústria. O câmbio ficou folgado porque havia grandes superávits com as *commodities*. Outras duas dificuldades são os gargalos de infraestrutura e a questão tributária. E reforma tributária no Brasil só se fez em momento de exceção. O Estado Novo fez uma reforma tributária, acabou com o imposto interestadual e criou o imposto de vendas e consignações. Depois, em 1964, com o golpe, criou o ICMS. Depois fez uma semirreforma com a Constituição de 1988 e parou. Nós temos um sistema tributário altamente regressivo, com uma guerra fiscal entre os estados. O que é isso? Leilão para dar dinheiro para multinacional.

O programa de desenvolvimento de determinados setores, com exigência de que parte dos componentes fossem de produção nacional, a exemplo das plataformas de petróleo, era um projeto muito importante. No entanto, a crise econômica e as mudanças de orientação política estão comprometendo o programa. Por exemplo, o Estaleiro Atlântico Sul, em Recife, chegou a ter 20 mil pessoas trabalhando. Quando estive lá, há dois anos, tinha só oito mil. A política industrial tem que ter um planejamento setorial. Uma coisa é a indústria têxtil, outra a siderúrgica. Não tem país no mundo que desenvolveu indústria sem a indústria de bem de capital, o chamado DI. Sem DI não tem autonomia tecnológica. O domínio tecnológico é fazer a máquina. Estamos aprendendo a operar máquinas construídas por outros. É necessário ver a força do mercado interno. Combinar essas coisas com políticas setoriais, por exemplo, o setor de construção civil não depende de componentes importados. No sistema habitacional praticamente tudo é insumo nacional. É prioridade absoluta para resolver o problema da habitação no Brasil. O programa tem

É um pouco na  
linha das  
Plataformas  
de Conhecimento  
que propusemos  
para o Brasil.  
Ligar ciência,  
políticas públicas e  
sistema produtivo.

que ser gerido a médio e longo prazo, não tem solução em curto prazo. E com uma coisa grave, pois o Estatuto da Cidade foi aprovado no governo Fernando Henrique Cardoso, mas ninguém tentou aplicar.

**RSB: Isso não é um problema brasileiro, é mundial.**

CC: Isso. É mundial. O Immanuel Wallerstein, no livro *Does capitalism have a future?*, publicado em 2013, na página 165 disse que o futuro estava na nova esquerda latino-americana na qual o Brasil estava construindo a grande trajetória. Veja no que deu!

**RSB: Isso foi muito falado pelo Noam Chomsky, o Massimo D'Alema, em um evento em São Paulo e quase todos disseram que o mundo olhou para o Brasil no início do século, e era a coisa nova que estava surgindo.**

CC: Só que a reconstrução implica em fazer a autocrítica, e isso é muito difícil de ser feito. Se não tiver cuidado, você dá argumento para o adversário.

**RSB: Mas você está fazendo.**

CC: De certa forma sim. Precisamos combinar responsabilidade com coragem. Temos responsabilidade política e social. Por incrível que pareça, um dos brasileiros que o tempo inteiro estava falando sobre isso, sobre Doença Holandesa e desindustrialização, câmbio, tributação, é o Luiz Carlos Bresser-Pereira. O Brasil é um país grande, com população grande, com muita heterogeneidade, mas tem nichos avançados para o padrão mundial. Há cientistas brasileiros hoje em condições equivalentes a cientistas internacionais. Não têm a mesma base laboratorial, massa crítica e permanência. Tem essas questões complicadas, pois a democracia tem certas nuances. Eu estou preocupado que o Brasil formou 5 mil doutores em 2000, no ano passado superamos os 20 mil. Em 2016 tínhamos 96 mil alunos matriculados no doutorado. Como absorver esses profissionais?

**CF: Por isso que pensar na indústria é importante, pois se abrem outras oportunidades.**

CC: A indústria é o carro-chefe do progresso tecnológico. É ela que produz a inovação tecnológica. No meu entendimento, estamos vivendo a constituição do sexto ciclo de Kondratiev. Que é diferente dos anteriores, que foram setoriais: têxtil; ferroviário; ele-

tricidade e química; automotivo e petróleo; informática. Agora, pela primeira vez, há múltiplas trajetórias, combinando produtos e processos. Todas elas integralmente fundamentadas e suportadas pelos avanços das ciências: novas trajetórias energéticas, novos e nano materiais, biologia sintética e molecular cruzando com as tecnologias nano e se integrando a outras matérias, genética, engenharia de precisão, com informática, automação e robotização generalizada. E a informática integrada e como parte dos diferentes avanços. Essas coisas estão se cruzando. Muitos desafios científicos e tecnológicos são interdisciplinares. E por cima de tudo isto vem a inteligência artificial. Não sabemos as consequências, econômicas, políticas, sociais, geopolíticas dessa profunda e rápida transformação.

**RFA: Fizemos no Centro Celso Furtado um congresso sobre a quarta revolução industrial. Ficou claro que ela vai gerar exclusão social e desemprego brutal. Em um país como o nosso, em que já se tem essa massa de excluídos e uma concentração de renda que só faz agravar, como se enfrenta essa revolução?**

CC: Isso é muito difícil porque as tecnologias são mundiais, não tem uma tecnologia isolada para o Brasil. Esse é desafio que a humanidade vai enfrentar, não é só o Brasil. É uma questão mundial.

Eu acho que o Brasil precisava retomar uma discussão sistemática sobre o capitalismo selvagem que nunca gerou tanta riqueza junto com tanta pobreza e miséria. O pensamento conservador já concluiu que o capitalismo deste jeito não pode sobreviver. Veja os textos do Stiglitz, um pensador conservador, o Krugman, o próprio Piketty. Há outras visões, tipo Harvey, para construir o socialismo revolucionário humanitário. Eu acho que esgotou, que esse capitalismo selvagem não dá, e o socialismo burocrático também deu errado. Não sei o que vai dar a coisa chinesa, difícil saber, mas eu acho que a elite intelectual do Brasil precisa discutir três dimensões funda-

Eu acho que o Brasil precisava retomar uma discussão sistemática sobre o capitalismo selvagem que nunca gerou tanta riqueza junto com tanta pobreza e miséria.

mentais: Estado, mercado e democracia. Primeiro, a ideia de eliminar o mercado fracassou. Em uma sociedade urbana complexa, como você vai ter intermediação das trocas sem o mercado? Então, temos que saber que mercado queremos. Que Estado queremos, pois ele tem que regular o mercado. E como entra a sociedade nisso? Eu acho que, no mundo, os dois modelos que prevaleceram nos últimos 300 anos fracassaram. No meu entendimento, a humanidade tem que buscar um novo padrão, que não vou chamar de modo de produção, mas um novo padrão de organização econômica e social que fosse capaz de organizar essas três dimensões, que não é simples. Um mercado vai continuar existindo, como instituição das trocas, da alocação; o Estado, que tem que ser a instituição de gestão de tudo; e a sociedade mediando isso. Não é simples, mas o futuro nos obriga a pensar sobre isso, e é um dever da academia pensar.

**CB: Você deu a pista – que é quase a mesma questão – usando a expressão do Celso Furtado, de “a serviço do que você quer colocar a tecnologia”. A sua dica é o desafio brasileiro, você poderia explorar, por que não conseguimos dialogar a indústria, a tecnologia com o social, que você chamou de dialogar ciência com política pública e o sistema produtivo. Esse é o ponto.**

CC: A estrutura da produção determina a estrutura da distribuição. Alias, no *Mito do desenvolvimento econômico* – que foi o primeiro livro inteiro que eu li do Celso Furtado, já que eu vinha de outra área – indica que o sistema deu incentivos para produzir, por exemplo, o automóvel e ao mesmo tempo viabilizar a venda do automóvel. Aí você subordina a estrutura de consumo à estrutura da produção. A prioridade passa a ser a produção automotiva. Dificulta a mudança na estrutura de produção e a distribuição de renda. Como ficam as questões habitacionais, a educação básica, o saneamento etc. A forma de incorporar o social não é a incorporação simples da tecnologia que está correndo no mundo, é selecionar as prioridades brasileiras. Por exemplo, eu falei da fronteira tecnológica dos biofármacos. O Brasil tem uma biodiversidade de um potencial enorme. As energias renováveis, a questão habitacional. A infraestrutura.

Aliás, eu cometi o atrevimento de escrever um capítulo de livro “Os riscos e as incertezas do gnosticismo científico e tecnológico contemporâneo”, publicado no livro *Domínio das tecnologias: ensaios em homenagem a Hermínio Martins*, com organiza-

ção da Maria Ângela D’Incao. O que quero dizer é que a ciência precisa ter compromisso social, político e ambiental. A visão gnóstica é colocar a ciência e a tecnologia além do humano. Aliás, me assombram as discussões sobre o pós-humano.

**CF: E tudo vai demandar da indústria.**

CC: Claro.

**RSB: Você acha que no campo dos fármacos o Brasil tem uma base científica boa?**

CC: A biologia talvez seja o setor mais desenvolvido entre as ciências brasileiras. O Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, por exemplo, tem doze programas de doutorado. Tem sete com nota sete, a mais alta da Capes. Esse pessoal é cientista de padrão mundial, muitos deles, se quiserem, podem se tornar professores das melhores universidades do mundo. Muitas outras universidades brasileiras têm padrão semelhante. A vacina contra leishmaniose foi desenvolvida na UFMG, depois transferida para o laboratório Hertape. Além da comercialização no Brasil, está sendo feita a negociação para a comercialização no Mediterrâneo, que tem a doença, mas não tem a vacina. Com relação à dengue, o Brasil poderia haver concentrado esforços e chamado a elite científica para buscar solução. A física brasileira também tem padrão de fronteira. E, assim, a maioria das outras ciências da natureza. A área de saúde também tem padrão mundial. Idem para as humanidades. O conhecimento científico está disponível. É preciso planejamento, definição de prioridades, programas e políticas. O desafio é integrar ciência, políticas públicas e sistema produtivo. É preciso ter visão de conjunto e selecionar as prioridades. Não estou fazendo fantasia. Fui gestor em várias ocasiões. Selecionava as prioridades e orientava minha ação. Tenho como lema em minha vida profissional “ser dialético na análise e cartesiano na ação”.

**CF: Você acha que nesses 12 anos de governo do PT as desigualdades regionais foram reduzidas?**

CC: Foram. Primeiro, as políticas de transferência de renda foram fundamentais. Segundo, a educação aumentou a capilaridade, especialmente do ensino superior. Houve também algumas decisões políticas de desconcentrar investimento produtivo, especialmente para o Nordeste. Essas ações foram importantes, mas precisa de um programa de mudança estrutural. Você melhorou pelo lado da demanda. Hoje, as cidades,

mesmo pequenas, têm renda monetária. Tem comércio, agência bancária etc. Eu conheci um Nordeste do escambo. À medida que você fez transferência de renda para a população, o impacto foi impressionante. Mas o futuro tem que pensar em combinar a distribuição de renda com mudanças estruturais. Para mim, a prioridade zero é educação básica de qualidade. Junto com ela precisam ser definidas as prioridades de políticas sociais básicas, infraestrutura e estímulo ao setor produtivo. Precisamos valorizar o uso da tecnologia e o aproveitamento do avanço científico do país. O que vamos fazer com as Plataformas do Conhecimento? Com o navio de pesquisa novo que o Brasil comprou em um convênio entre Ministério de Ciência e Tecnologia, Vale, Marinha e Petrobras? São necessários programas que foquem as necessidades e potencialidades imediatas, com programas que apontem para o futuro. Aí precisa planejamento como base para as definições de prioridades, apontar os caminhos técnicos e políticos.

**RFA: Como retomar o crescimento com a falta de indústria, com a educação capenga?**

CC: Eu tenho medo de quererem retomar o crescimento via bolha de consumo. Sem investimento, não se sustenta o crescimento. Tanto que não sustentou em 2014. O Tesouro transferiu grandes volumes de recursos para o BNDES e não houve o investimento esperado.

**RFA: Ouvindo você, lembro do Celso e penso que é preciso lutar contra tantas coisas! Vocês parecem uns Quixotes. Muita luta, e depois que está tudo andando vem uma mudança política e vai tudo para o chão. Ainda assim, tivemos a sensação de uma breve continuidade de poder.**

CC: O PT vai ter que pensar em fazer uma política diferente. E os outros partidos também. Não é uma questão de moralismo, mas a corrupção é inaceitável. Sempre existiu no mundo inteiro, mas não pode ser generalizada, e essa escala é nova. Antigamente, os políticos não roubavam assim. Benedito Valadares morreu com emprego de favor no Banco do Estado de Minas, pois estava em dificuldade financeira, e foi interventor em Minas por 15 anos. Após a construção de Brasília, Israel Pinheiro tentou colocar uma cerâmica para funcionar para viver. Além desses, existem vários outros exemplos. O novo governo, qualquer que seja, tem que sentar e conversar. Tem que pacificar o país. Tem gente tecnicamente preparada no país. A universidade está aí para isso, como espaço independente de educação, ciência e debate. Tem que pensar em

como incorporar a sociedade. Tem que dar condições de moradia digna para a população. Melhorar a mobilidade. Eu conheci a China da bicicleta, mas agora ela produz 26 milhões de carros e vende. Onde vai caber? Vamos ter uma crise mundial do setor automotivo. O Brasil continua concedendo incentivos à indústria automotiva! Apesar de tudo, sou otimista. Acredito no futuro. Temos que continuar lutando por uma sociedade materialmente mais rica, porém, mais humana e mais livre.

**CB: Uma questão que lembra Minas e está inserida em todo o pensamento crítico latino-americano é onde está o agente dinâmico privado? Onde está o empresariado? Não precisa ser um schumpeteriano, mas um disposto a participar de um projeto como os projetos que você nos falou. Hoje, essa necessidade do debate por conta da democracia é central, mas também como articular não só os cientistas, que têm soluções técnicas, mas os empresários dinâmicos para pensar os projetos nacionais.**

CC: Temos que estimular o empresariado nacional. A empresa estrangeira é importante, mas é complexa. O país precisa manter boas relações com a empresa estrangeira, mas precisa condicionar. A China condiciona, tem que internalizar a pesquisa. Nós internacionalizamos a produção com predominância de empresa estrangeira. Jogamos fora a indústria nacional e estamos vendendo para os estrangeiros a “preço de banana”. A Cemig vendeu agora para os chineses três usinas hidrelétricas. No setor agrário, por exemplo, o Brasil tinha que ter capacidade de ter autonomia na produção de sementes, pois temos uma agricultura altamente moderna, mas quem comanda a genética da agricultura brasileira? Não é o Brasil.

**RFA: Como dar a marcha à ré? É difícil. Como foi na informática.**

CC: Em 2014, sabe quanto de incentivo foi dado para informática? Mais de 5 bilhões de reais. Pela regra, quem recebe incentivo tem que investir em pesquisa. Mas não tem controle. Eu fui ministro e não consegui. É preciso tempo e determinação. Não é fácil, mas tem que começar. As coisas têm que ser setoriais, mas com visão de conjunto, ou se começa a fazer coisas contraditórias.

**CF: Nós temos um inventário de onde está o conhecimento?**

CC: Sim, temos. A Capes e o CNPq têm boa base de dados. A Pintec [Pesquisa de Ino-

vação] tem boas informações sobre o setor privado. Se você quiser mobilizar, tem conhecimento que dá para organizar. Agora, tem que reestruturar o planejamento nacional. Não é o antigo planejamento soviético. Planejamento precisa ter objetivos, metas, meios, prioridades, institucionalidade, gestão, acompanhamento e revisão. Um guia para ação, com capacidade de monitorar para corrigir. Tinha que fazer um mapeamento do que é setor produtivo de bens finais, indústria, agricultura, o que são os serviços essenciais. O Brasil tem algumas coisas como o SUS [Sistema Único de Saúde], que é o melhor sistema de saúde pública do mundo, só que é caro, é difícil, é preciso continuar planejando e reestruturando. A reforma da previdência precisa ser feita, tem gente com mais de 100 mil de aposentadorias e pensões, o que é um absurdo. O conhecimento está aí. É preciso construir canais entre a ciência, o governo, empresas e sociedade. Há mais de quarenta anos que o José Alberto vem escrevendo sobre o envelhecimento da população e das consequências sobre a previdência e o sistema de saúde. Ninguém ouviu.

Desenvolvimento para mim é uma combinação da melhoria das condições materiais com inclusão social e liberdade.

**CF: Quais são seus interesses acadêmicos agora?**

CC: Eu saí da reitoria e fui para o ministério, depois fui para a Inglaterra, fiquei como visitante da London School seis meses e voltei com a cabeça cheia de ideias. Tenho gastado muito tempo como coeditor da revista *Area Development and Policy*, da Regional Studies Association, mas estou indicando minha substituição. Fiquei representando o estado de Minas no Instituto Inhotim, mas já encerrei. Estou escrevendo um artigo agora com a Ann Markunsen, para mostrar arte, cultura e sustentabilidade como paradigma para o bem-estar da humanidade. Não adianta só o PIB, crescimento, progresso técnico para fazer mais arma, para destruir, para matar. Estou seguindo os escritos de Furtado e Amartya Sen sobre o papel da arte e da cultura no desenvolvimento. Mas isso é um atrevimento meu. Vou voltar a concentrar o meu pensamento na relação entre território e desenvolvimento. Como pensar um projeto nacional de desenvolvimento regional para o Brasil. É preciso analisar as tendências regionais da indústria e seus

determinantes, o papel da ciência e tecnologia, o movimento da fronteira agrícola e mineral. É preciso pensar as duas Amazôniaas, a verde e a azul (floresta e plataforma continental), a geopolítica e a integração sul-americana. Não se pode pensar Brasil sem pensar sua integração com a América do Sul. Não dá para pensar um projeto de desenvolvimento do país sem pensar como nós vamos nos arrumar com os vizinhos. Quando o BNDES fez os eixos de integração era só Atlântico. Eu fui um crítico severo disso. Depois criaram a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (Iirsa). E, mais ainda, para pensar a relação entre território e desenvolvimento é preciso incluir também questões como incentivos fiscais, sistema tributário, federalismo.

### **RFA: O que é desenvolvimento para você?**

CC: Eu vou seguir os mestres. Desenvolvimento para mim é uma combinação da melhoria das condições materiais com inclusão social e liberdade. Não é só crescimento. Mas como combinar as dimensões econômica e social com a liberdade. Por isso a crítica do crescimento pelo crescimento, da produção pela produção. Crescer e destruir. Sucateamento e corrida em uma competição política, militar e geopolítica. Precisamos de bons diagnósticos, mas também de planejamento e mobilização política e social. Tudo isto aumenta a responsabilidade da intelectualidade brasileira. Essas são minhas utopias, meus desejos e minhas fantasias. Mas a história nos mostra que muitas utopias se transformam em realidades no futuro. O triste é que não viveremos para ver, porém, quero continuar sonhando.

